

DISPARIDADES DE GÊNERO E RAÇA NAS DIVERSAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO ESTADO DE GOIÁS

Thainá Aparecida Afonso (IC), Camila Xavier da Costa (IC), Patrícia de Castilhos (PQ),
Marina Conceição dos Santos Moreira (PQ)

PIBIC-EM/PIBIC/PIBITI

Câmpus Formosa

marina.moreira@ifg.edu.br

Palavras Chave: Ciências Biológicas; Diversidade, Gênero; Raça; Instituições de Ensino Superior - (IES).

Introdução

Em meados do século XIX há registros de como era realizada a educação para homens e mulheres na sociedade brasileira. A maioria que frequentavam as escolas eram do sexo masculino. A aprendizagem era voltada a ler, escrever, contagem, e as quatro operações matemáticas básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão. Meninas aprendiam costura e bordado. E os meninos, o ensino de geometria. (LOURO, 2004). No século XIX, período em que o preconceito e desigualdade social prevalecia com maior intensidade a população negra, mesmo com direitos perante a Constituição Imperial de 1824 que previa a “educação primária gratuita a todos os cidadãos”. O que mais uma vez excluía os escravizados: “em várias províncias, foi oficialmente negado o acesso da população negra às instituições escolares”. Diante deste contexto, o objetivo geral da pesquisa é a verificação da existência de disparidades étnicas e de gênero nos cursos da área da saúde das instituições de ensino superior (IES) do estado de Goiás e as questões relacionadas a estas disparidades.

Metodologia

O projeto de pesquisa foi realizado em duas grandes etapas, por meio de pesquisa documental através do microdados do Censo da Educação Superior referente a 2019 e 2020 e levantamento bibliográfico. No âmbito documental, analisamos dados públicos relativos a gênero e etnia de discentes e docentes do estado de Goiás que atuam nos cursos das Ciências Biológicas, em modalidade presencial. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do IFG e os participantes preencheram um termo de consentimento livre e esclarecido.

Resultados e Discussão

Dos 195 discentes que participaram do questionário desta pesquisa, 8% se declararam homem Cisgênero branco, 5% negro e 3% pardo. 41% se declararam mulheres Cisgênero, 21% negra, 10 % parda e 1% asiática. Mulher transexual branca 1%, Mulher transexual negra 2%. Homem transexual negro 1%, não-binário branco(a) 1% e não-binário pardo(a) 1%. 5% preferiram não responder e 3% deixaram em branco. Dos 21 Docentes que responderam ao questionário, 1,2% se declararam homem cisgênero branco, 0,2% negro e 0,2% pardo. 1,2% se declararam mulheres cisgênero, 0,4% negra, 0,4 % parda e 0,2% asiática e 0,2% não-binário branco.

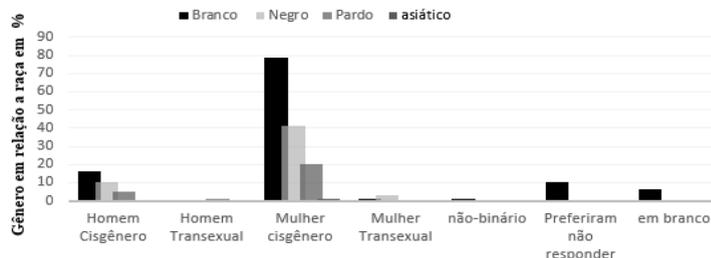


Figura 1- Relação entre gênero e raça dos discentes.

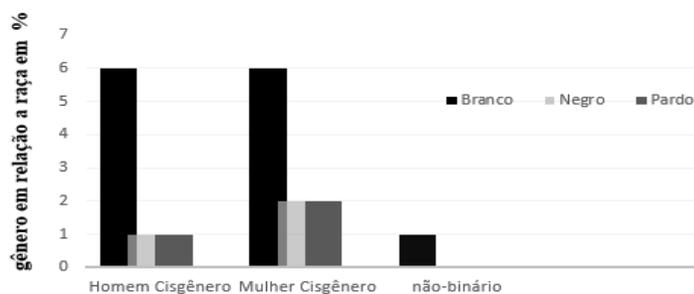


Figura 2- Relação entre gênero e raça dos docentes.

Conclusões

Os dados apresentados neste estudo, não nos permite visualizar com maior precisão as disparidades existentes nos cursos de saúde das IES do Estado de Goiás. Devido a inúmeras dificuldades para ter acesso aos discentes e docentes para aplicação do questionário da pesquisa. Vale salientar a notável feminização nos cursos como Enfermagem, Farmácia, Ciências Biológicas, Nutrição e Biomedicina e a existencia de mais negros em instituições públicas do que nas instituições privadas o que pode ser um bom resultado da implementação da Lei Federal 12.711/2012. É notável a inserção de pessoas mais jovens no ensino superior entre a faixa etária de 18 a 25 anos. Os participantes da pesquisa tiveram dificuldades notáveis na compreensão de orientação sexual e identidade de gênero.

Agradecimentos

Instituto Federal de Goiás - PROPPG; Direção Geral do IFG Formosa.

Referências Bibliográficas

LOURO; G. *História das mulheres no Brasil*. 2014.

BRASIL. *Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.*